

O caminho de Vladimir Putin para a paz



Por **ANDREW KORYBKO***

A maior contradição de uma possível moderação para a paz não é territorial, mas humana: o que fazer com os cidadãos russos (por declaração de Putin) que permaneceriam sob controle ucraniano? A solução hipotética exigiria um acordo sobre seu status, potencialmente envolvendo realocação, criando um dilema humanitário e político complexo

1.

A reportagem do portal [RT](#) sobre a afirmação de Steve Witkoff de que a Rússia fez “algumas concessões” em questões territoriais, que sinalizam uma mudança “significativa” em direção à “moderação”, provocou discussões sobre se Vladimir Putin pode legalmente parar sua Operação Especial sem primeiro controlar todo o território disputado que Moscou reivindica como seu.

Ele próprio [exigiu](#), em junho de 2024, que as Forças Armadas Ucranianas “devem ser retiradas de todo o território dessas regiões, dentro de suas fronteiras administrativas na época em que faziam parte da Ucrânia.”.

Além disso, os acordos sob os quais [Donetsk](#), [Lugansk](#), [Zaporozhye](#) e [Kherson](#) se juntaram à Rússia descrevem suas fronteiras administrativas como aquelas que existiam “no dia de sua formação”, sugerindo assim que a totalidade de suas regiões é de fato legalmente considerada pela Rússia como sua. Putin também [declarou](#), durante a assinatura desses tratados no final de setembro de 2022, que “as pessoas que vivem [lá] se tornaram nossos cidadãos, para sempre” e que “a Rússia não trairá [sua escolha de se juntar a ela]”.

No entanto, Vladimir Putin ainda poderia hipoteticamente “moderar” essa demanda. [O Artigo 67.2.1 da Constituição Russa](#), que entrou em vigor após o referendo constitucional de 2020, estipula que “ações (exceto delimitação, demarcação e remarcação da fronteira estatal da Federação Russa com estados adjacentes) que visem alienar parte do território da Federação Russa, bem como apelos para tais ações, não são permitidas”. “Moderação” poderia, portanto, hipoteticamente ser uma “exceção”.

Para ser absolutamente claro, esta análise não faz nenhum apelo para que a Rússia “ceda” qualquer território que considere seu, nem nenhuma autoridade russa deu qualquer crédito à afirmação de Steve Witkoff.

2.

Dito isso, se Vladimir Putin concluir, por qualquer motivo, que os interesses nacionais da Rússia são agora melhor atendidos pela “moderação” de suas reivindicações territoriais depois de tudo o que aconteceu desde os referendos de setembro de 2022, então qualquer proposta de “remarcação da fronteira estatal” provavelmente exigiria a aprovação do Tribunal Constitucional.

a terra é redonda

Ele é advogado de formação, então faria sentido que ele os solicitasse proativamente que se pronunciassem sobre a legalidade dessa hipotética solução para o conflito ucraniano. Mesmo que ele hipoteticamente propusesse manter as reivindicações territoriais de seu país, mas congelasse a fase militar do conflito e apenas promovesse essas reivindicações por meios políticos, ele provavelmente ainda buscaria o julgamento deles. Eles são a autoridade final em questões constitucionais e esses cenários exigem sua expertise, devido à sua conexão com o Artigo 67.2.1.

Se, hipoteticamente, decidirem a seu favor, surgirá a questão sobre o destino daqueles que vivem nas partes controladas pela Ucrânia dessas regiões, que, segundo Vladimir Putin, “se tornaram nossos cidadãos para sempre”. Eles podem decidir que aqueles que não participaram dos referendos, como os moradores da cidade de Zaporozhye, não são cidadãos russos.

Aqueles que participaram, mas depois caíram sob controle ucraniano, como os moradores da cidade de Kherson, podem ser considerados cidadãos que podem se mudar para a Rússia se a Ucrânia permitir, como parte de um acordo.

Para lembrar o leitor, nenhuma autoridade russa, no momento da publicação desta análise, deu qualquer crédito à afirmação de Steve Witkoff de que a Rússia fez “algumas concessões” em questões territoriais, portanto, por enquanto, permanece apenas um cenário hipotético.

Mesmo assim, Vladimir Putin poderia hipoteticamente concluir que tal “moderação” é a melhor maneira de promover os interesses nacionais da Rússia no contexto atual (como parte de um grande compromisso), caso em que o Tribunal Constitucional provavelmente teria que se pronunciar sobre sua legalidade.

***Andrew Korybko** é mestre em Relações Internacionais pelo Instituto Estadual de Relações Internacionais de Moscou. Autor do livro Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes (*Expressão Popular*). [<https://amzn.to/46lAD1d>]

Tradução: **Artur Scavone**.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA